



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
N.º 62, DE 2023
(Do Sr. Pedro Paulo)

Estabelece Novo Arcabouço Fiscal da União voltado para a sustentabilidade da dívida, a integração das regras fiscais, e dá outras providências, com amparo no Capítulo II do Título II da Constituição, inciso VIII e parágrafo único do art. 163, art. 164-A e § 2 do art. 165 e no art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PLP-25/2022.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº DE 2023

(Do Sr. PEDRO PAULO)

Estabelece Novo Arcabouço Fiscal da União voltado para a sustentabilidade da dívida, a integração das regras fiscais, e dá outras providências, com amparo no Capítulo II do Título II da Constituição, inciso VIII e parágrafo único do art. 163, art. 164-A e § 2 do art. 165 e no art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas à União voltadas para sustentabilidade da dívida, a integração das regras fiscais, com amparo no Capítulo II do Título II da Constituição, inciso VIII e parágrafo único do art. 163 e art. 164-A e § 2 do art. 165 e no art. 9º da Emenda Constitucional nº 126, de 2022..

Parágrafo único. A gestão sustentável da dívida pressupõe a ação planejada e transparente, em que se estabeleçam metas de resultados e limites fiscais, prevenindo-se riscos com vistas a garantir o equilíbrio e a estabilização temporal das contas públicas, e promovendo-se medidas de ajuste, suspensões e vedações em caso de desvios e desajustes.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - indicadores fiscais de apuração: métricas que permitem mensurar e avaliar a evolução, o desempenho, os resultados e os limites das variáveis fiscais em determinado período, com vistas a garantir a sustentabilidade intertemporal das contas públicas.

II - níveis de compatibilidade dos resultados fiscais com a trajetória da dívida: conformidade e consistência dos resultados primários necessários estabelecidos no plano plurianual e os fixados nas diretrizes orçamentárias bem como dos limites fiscais para obtenção, no contexto do cenário econômico e fiscal, de uma trajetória de convergência do montante da dívida para níveis preestabelecidos considerados sustentáveis.



III - trajetória de convergência do montante da dívida com os níveis de sustentabilidade: projeção do curso da dívida em determinado período convergente com os níveis estabelecidos e considerados sustentáveis.

IV - medidas de ajuste, suspensões e vedações: conjunto de medidas e providências de adoção obrigatória pelo agente público aplicáveis de forma preventiva ou sempre que atingidos os limites prudenciais e máximos estabelecidos, acionadas a partir da apuração dos indicadores fiscais e da constatação de desvios em relação aos patamares, níveis ou limites estabelecidos.

V - planejamento de alienação de ativos com vistas à redução do montante da dívida: diretrizes e objetivos do programa de privatizações e concessões do governo com impacto fiscal favorável na redução do montante da dívida.

Art. 3º Os indicadores fiscais de apuração utilizados nesta Lei Complementar para fins de controle fiscal direto ou indireto da sustentabilidade da dívida pública, sem prejuízo de outros definidos em legislação, são:

I - o percentual da Dívida Líquida do Governo Geral - DLGG em relação ao Produto Interno Bruto - PIB;

II - os resultados primários necessários para manter a trajetória de sustentabilidade da dívida;

III - a despesa primária sujeita a limites;

IV - a proporção entre despesa obrigatória primária em relação à despesa primária total.

Parágrafo Único. A metodologia de cálculo e a apuração da DLGG e do resultado primário será a definida e publicada pelo Banco Central do Brasil e observará padrões e critérios internacionalmente aceitos.

CAPÍTULO II

DO PLANEJAMENTO FISCAL

Seção I

Do Plano Plurianual

Art. 4º O projeto de lei do plano plurianual e a respectiva lei estabelecerão as diretrizes e os objetivos fiscais compatíveis com as disposições desta Lei.



§ 1º Integrará o projeto e a lei o Anexo de Política Fiscal, em que serão estabelecidos as diretrizes e os objetivos da política fiscal, a estratégia de estabilização ou de redução da dívida e a respectiva trajetória a serem alcançadas durante o período de vigência do plano, que deverão ser compatíveis com a sustentabilidade da dívida e com a política econômica e de desenvolvimento social.

§ 2º O planejamento da trajetória de sustentabilidade da dívida, consistente com o cenário fiscal e com as principais variáveis econômicas, deverá convergir para o nível estabelecido no art. 8º desta Lei Complementar.

§ 3º O projeto de lei do plano plurianual será acompanhado de um plano de revisão de despesas e de melhoria da arrecadação, incluindo a previsão de alienação de ativos, as medidas de recuperação de créditos e outras ações que possam contribuir para a contenção e a redução do montante da dívida, acompanhado das proposições legislativas pertinentes.

§ 4º Na hipótese de calamidade pública de âmbito nacional reconhecida pelo Poder Legislativo ou de crescimento negativo apurado por três quadrimestres do produto interno bruto, o chefe do Poder Executivo poderá encaminhar ao Legislativo proposta de alteração do Anexo de Política Fiscal, que conterà:

I - impactos sobre os objetivos e metas da política fiscal até então vigentes;

II - detalhamento de despesas e receitas que motivam a modificação proposta, indicando, quando cabível, as fontes de custeio;

III - medidas a serem adotadas para recondução da dívida à trajetória sustentável previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto no art. 167-G da Constituição Federal.

Seção II

Da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 5º O projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a respectiva lei estabelecerão, para o exercício a que se refere a lei e para cada um dos 3 (três) exercícios subsequentes, de forma compatível com o Anexo de Política Fiscal e em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública:

I - Anexo de metas fiscais, com base no cenário fiscal e econômico atualizado, que fixará os resultados primários e a trajetória da dívida, acompanhado das estimativas agregadas de receitas, despesas e resultados, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias;



§ 3º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que amplie o montante total autorizado, por Poder e órgão autônomo, de despesa primária sujeita aos limites de que trata o artigo 9º desta Lei.

§ 4º É vedada a abertura de crédito suplementar ou especial que ultrapasse, por Poder e órgão autônomo, os limites de despesa primária de que trata o artigo 9º desta Lei.

§ 5º O Poder Executivo demonstrará e avaliará, nos relatórios de que trata o § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, a evolução da evolução da dívida, dos indicadores e o cumprimento dos limites e das metas fiscais previstos nesta Lei Complementar, bem como as medidas realizadas com alienação de ativos e de recuperação de créditos, indicando, sempre que necessário, as providências necessárias com vistas à convergência da dívida com a trajetória e o nível de sustentabilidade.

CAPÍTULO III

DOS MECANISMOS DE CONTROLE FISCAL DA DÍVIDA

Subseção I

Da Trajetória e do Nível de Sustentabilidade da Dívida Pública

Art. 7º Observado o art. 164-A da Constituição, a execução da política fiscal da União deve ser conduzida de modo compatível com os instrumentos de planejamento fiscal, promovendo a convergência ou a manutenção da dívida pública em níveis sustentáveis, com vistas a criar condições para a redução dos encargos da dívida e garantir o equilíbrio, a solvência e a sustentabilidade intertemporal das contas públicas.

Parágrafo Único. Os orçamentos serão executados de modo a cumprir os resultados fiscais e os limites de despesas em consonância com a trajetória sustentável da dívida.

Art. 8º Para efeito desta Lei Complementar, considera-se sustentável a Dívida Líquida do Governo Geral - DLGG que, em relação ao produto interno bruto - PIB apurado, não ultrapasse o nível de 50 % (cinquenta por cento).

Parágrafo único. A apuração dos indicadores de que trata o art. 3º desta Lei Complementar e a verificação do cumprimento do nível estabelecido neste artigo serão realizados ao final de cada quadrimestre.

Subseção II



Dos Limites à Despesa

Art. 9º As despesas primárias sujeitas a limites, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, estabelecidos no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, serão equivalentes, no exercício financeiro de 2024, ao montante de pagamento programado da despesa primária no exercício de 2023, corrigida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para o período de doze meses encerrado em junho de 2023.

§ 1º Serão estabelecidos, a cada exercício, limites individualizados para as despesas primárias:

I - do Poder Executivo;

II - do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Conselho Nacional de Justiça, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal, da Justiça Militar da União, da Justiça Eleitoral e da Justiça do Distrito Federal e Territórios, no âmbito do Poder Judiciário;

III - do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União, no âmbito do Poder Legislativo;

IV - do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público; e

V - da Defensoria Pública da União.

§ 2º Os limites a serem observados pela lei orçamentária para 2024 serão estimados com base na programação financeira das despesas primárias sujeitas ao limite constante do terceiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) do exercício de 2023.

§ 3º A partir do exercício de 2025, os limites individualizados para as despesas primárias de que trata este artigo serão apurados pelo valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, atualizados pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária, acrescidos dos percentuais estabelecidos nos termos dos artigos 10 e 11 desta Lei Complementar e observados os parágrafos seguintes deste artigo.

§ 4º Não se incluem na base de cálculo e no limite individualizado das despesas primárias da União:

I - transferências constitucionais estabelecidas no § 1º do art. 20, no inciso III do parágrafo único do art. 146, no § 5º do art. 153, no art. 157, nos incisos I e II do caput do art.



158, no art. 159 e no § 6º do art. 212, as despesas referentes ao inciso XIV do caput do art. 21 e todos da Constituição Federal;

II - créditos extraordinários a que se refere o § 3º do art. 167 da Constituição Federal ;

III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições;

IV - as despesas não recorrentes com a realização de censos demográficos e econômicos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

V - despesas custeadas com recursos de doações;

VI - despesas com projetos custeados com recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais firmados em função de desastres ambientais;

VII - despesas das instituições federais de ensino e das Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) custeadas com receitas próprias ou de convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com os demais entes da Federação ou entidades privadas.

§ 5º A partir do exercício de 2027, as despesas com precatórios de exercícios anteriores não pagas em decorrência do disposto no art. 107-A do ADCT não se sujeitam aos limites de que trata este artigo.

§ 6º O limite das despesas primárias do Poder Executivo de que trata este artigo será acrescido ou deduzido no montante equivalente à média aritmética, nos três exercícios anteriores, da variação real da receita do regime geral de previdência social observada em relação à arrecadação do exercício anterior, tendo como parâmetro o IPCA.

Subseção III

Das Medidas de Ajuste, Suspensões e Vedações

Art. 10. As medidas de ajustes, suspensões e vedações para recondução ou manutenção da dívida aos níveis sustentáveis, a serem adotadas e graduadas conforme as disposições do art. 11 desta Lei Complementar, são as seguintes:

I - limitação do crescimento das despesas primárias a que se refere o art. 9º;

II - contenção do crescimento das despesas obrigatórias, mediante aplicação das vedações previstas nos incisos do art. 167-A da Constituição;



III - redução, de forma gradual, nos 2 (dois) exercícios financeiros seguintes, em pelo menos 20 % (vinte por cento) das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, nos termos do art. 169, § 3º, inciso I da Constituição Federal;

IV - preservação ou recomposição da receita:

a) vedação à concessão e ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária de que trata o inciso X do caput do art. 167-A da Constituição;

b) vedação à concessão e à ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, creditícia ou patrimonial;

c) redução linear e gradual dos benefícios tributários, no percentual de pelo menos 5 % (cinco por cento), exceto aquelas com previsão constitucional;

d) medidas de recuperação de créditos tributários e não tributários, nos termos de Lei;

e) outras que contribuam para o alcance das projeções de receita;

V - outras medidas, suspensões e vedações com impacto fiscal e patrimonial favorável em termos de estabilização ou redução do montante da dívida.

Parágrafo único. As medidas aplicam-se ao Poder Executivo, aos órgãos dos Poder Legislativo e Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública da União.

Art. 11. Observados os arts. 9º e 10 e sem prejuízo da aplicação das medidas de que trata o inciso V do art. 10, ambos desta Lei Complementar, sempre que verificado no final de cada quadrimestre que a DLGG, em proporção do PIB, encontra-se:

I - abaixo de 50%, o limite individualizado de despesas primárias do Poder Executivo serão acrescidos do percentual correspondente a 1,5% (um por cento) ou da média da variação do PIB nos 3 (três) exercícios anteriores, o que for maior;

II - entre 50% e 60% do PIB:

a) o limite individualizado de despesas primárias do Poder Executivo será acrescido do percentual correspondente a 1,0% (um por cento), caso no exercício anterior for apurado superávit, ou de 0,5% (cinco décimos por cento), se não alcançado;

b) aplicam-se imediatamente as vedações previstas nos incisos II, III e VI a IX do art. 167-A da Constituição Federal;



c) aplicam-se as medidas previstas nas alíneas “c” e “d” do inciso I, do art. 10 desta Lei Complementar.

III – acima de 60% do PIB:

a) os limites individualizados de despesas primárias de que trata o § 1º do art. 9º serão apenas atualizados pelo índice a que refere o § 3º do art. 9º, ambos desta Lei Complementar;

b) aplicam-se imediatamente as vedações previstas nos seguintes incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal;

c) aplicam-se imediatamente os incisos III e IV, ambos do art. 10 desta Lei Complementar; e

d) a despesa com publicidade e propaganda será reduzida em, pelo menos, 20% (vinte por cento), em relação ao exercício anterior.

§ 1º As vedações previstas nos incisos II, III e VI a IX do art. 167-A da Constituição Federal aplicam-se igualmente, em qualquer nível da dívida, quando apurado, ao final do exercício, que a proporção entre a despesa obrigatória primária e a despesa primária total da União, líquida de transferência, ultrapassa 93% (noventa e três por cento).

§ 2º Caso apurado, por três trimestres consecutivos anteriores à elaboração da proposta orçamentária, variação real negativa da taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, os limites individualizados de que trata o art. 9º, poderão ser corrigidos pela média do crescimento dos limites dos 2 últimos exercícios financeiros.

§ 3º O percentual acrescido nos limites individualizados referidos nos incisos II a V do § 1º do art. 9º desta Lei Complementar será de 0,5% (cinco décimos por cento) nas hipóteses de que tratam os incisos I e II deste artigo.

CAPÍTULO IV

DAS SANÇÕES

Art. 12. As infrações aos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; e demais normas da legislação pertinente.

Art. 13. A Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar com as seguintes alterações:



"Art. 10.

.....

13) Ordenar ou autorizar medida em desacordo com as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal, nos termos desta Lei Complementar". (AC)

Art. 14. O art. 11 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992 passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

"Art. 11.

.....

XIII - Ordenar ou autorizar medida em desacordo com as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal, nos termos desta Lei Complementar". (AC)

Art. 15. Observadas as condições previstas nesta Lei, é nulo de pleno direito a aprovação, edição ou a sanção de ato que provoque aumento de despesa obrigatória em desacordo com as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal e nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Caso o resultado primário no exercício financeiro de 2023 for deficitário em montante que excede a 1,0% do PIB, aplicam-se, no exercício financeiro de 2024, as vedações que tratam os incisos II, III e VI a IX do art. 167-A da Constituição.

Art. 17. É vedada a concessão de quaisquer benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial com prazo indeterminado.

Art. 18. A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional manterá registro público dos impactos fiscais sobre receitas e despesas decorrentes das proposições aprovadas ao longo do exercício financeiro, e, quando couber, das respectivas medidas compensatórias.

Parágrafo único. O Poder Executivo fornecerá as informações sobre as estimativas das receitas e despesas das proposições legislativas, na forma que dispor as diretrizes orçamentárias.



Art. 19. As disposições introduzidas pelo Novo Arcabouço Fiscal da União não revogam, dispensam ou suspendem o cumprimento de dispositivos constitucionais e legais que disponham sobre metas fiscais ou limites máximos de despesas.

Art. 20. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Nobres Colegas, apresentamos este Projeto de Lei Complementar com o intuito de oferecer uma contribuição antecipada ao debate que se estabelecerá acerca da reforma fiscal prevista no art. 6º da Emenda Constitucional - EC nº 126/2022 (Novo Arcabouço Fiscal), a ser apresentada pelo Presidente da República até 31 de agosto de 2023, o qual substituirá o regime fiscal vigente implantado pela EC nº 95, de 2016 (teto de gastos).

O projeto, portanto, é uma oportunidade para expressar nossa visão em face do atual contexto fiscal deficitário no âmbito da União, e de como integrar as regras fiscais previstas no nosso ordenamento de modo que a gestão fiscal seja conduzida de forma responsável e os orçamentos sejam aprovados em consonância com uma política fiscal orientada para a sustentabilidade da dívida.

O controle da dívida pode ser realizado diretamente sobre o estoque da dívida, tal como previsto no art. 31 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, ou também por meio da limitação de variáveis orçamentárias de fluxo em cada exercício financeiro, sejam receitas, despesas ou resultados.

Identificamos que a principal lacuna ou fragilidade encontrada nas normas fiscais vigente é a inexistência ou a dificuldade de acionamento de medidas de ajuste e correção, seja em relação ao crescimento das despesas, especialmente as obrigatórias, seja quanto à aplicação de restrições à renúncia de receitas, ambas essenciais ao controle do endividamento público.

O estabelecimento do Novo Arcabouço Fiscal tornou-se uma providência urgente diante da previsão da revogação da regra do teto fiscal, utilizada até então como “âncora” da dívida da União. De fato, é preocupante o elevado déficit e o montante da dívida pública. Não é demais esclarecer que o superávit primário obtido no final do exercício de 2022 foi apenas circunstancial, especialmente por dispor de receitas extraordinárias, além de não incorporar novas despesas projetadas para 2023. Portanto, o resultado fiscal obtido em 2022 não reflete, infelizmente, a tendência das contas públicas, especialmente após a aprovação da PEC nº 126/2022 (Pec da Transição).

O orçamento da União para 2023, que já incorpora o adicional do Auxílio Brasil/Bolsa Família, bem como a recomposição de diversas políticas públicas, aponta déficit de cerca de 230 bilhões (cerca de 2% do PIB), como mostrado na **tabela 1 do Anexo**. A tabela indica que, ao menos para o primeiro ano do novo governo, as despesas autorizadas

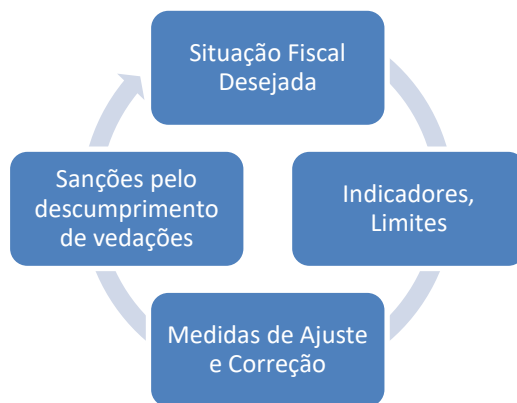


acomodaram valores expressivos em relação à atual capacidade de arrecadação do estado, sem precedentes em transições de governo em períodos recentes.

Ainda que o governo tenha anunciado providências para reduzir o desequilíbrio fiscal durante a execução do orçamento de 2023, o fato é que, segundo o Banco Central, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 73,4% do PIB em dezembro de 2022 (quase R\$ 6 trilhões), enquanto que a Dívida Líquida do Governo Geral - DLGG atingiu 57,8 % do PIB, patamar considerado elevado quando comparado com países de perfil similar. Vale destacar que, em face do déficit previsto para 2023, existe uma expectativa de elevação da dívida, que precisará ser refinanciada ao longo dos anos, com juros elevadíssimos.

A proposta apresentada dá continuidade ao nosso esforço empreendido na Câmara dos Deputados, desde 2018, quando apresentamos uma Proposta de Emenda à Constituição para conter novos aumentos de despesas obrigatórias (PEC nº 438/2018). Desde então, já identificávamos a necessidade de aperfeiçoar a formulação das atuais regras e mecanismos fiscais, observando que sua funcionalidade depende de elementos e atributos básicos que devem ser definidos de forma clara e transparente, quais sejam: a) a variável fiscal que se deseja controlar; b) os indicadores e os respectivos limites/gatilhos (prudenciais e máximos) que acionam medidas de ajuste; c) as medidas de correção dos desvios, sua duração e intensidade; e d) responsabilização e sanções no caso de descumprimento das regras.

Fig. 1 – Mecanismo de Ajuste Fiscal - Elementos



Não basta assim uma regra fiscal estabelecer um limite de referência - seja voltada para o controle da dívida, dos resultados fiscais, da despesa primária, ou da regra de ouro. É necessário garantir, de forma preventiva e também corretiva que, atingido o limite fixado, sejam acionados os ajustes necessários para corrigir o desequilíbrio econômico-fiscal verificado.

A opção pela dívida pública como **variável de referência** que norteará a política fiscal não impede, obviamente, sua integração com as regras que limitam despesas ou que requerem resultado fiscal, desde que devidamente coordenadas.

Nosso projeto aborda a gestão fiscal estruturada em duas fases básicas, a do planejamento e a do controle fiscal. Relevante mencionar que a proposta em epígrafe é



orientada pelos princípios das regras fiscais de segunda geração, de modo a primar por funcionamento simples, flexível e com alto grau de aplicação prática. O balanceamento de tais princípios e tarefa árdua, contudo, a compatibilização é possível.

1) Planejamento Fiscal

A ação fiscal responsável, princípio consagrado na lei de responsabilidade fiscal, “pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”. Coerente com esse propósito, incorporamos conteúdo ao conjunto de instrumentos que formam o sistema de planejamento e orçamento da União – Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Em relação ao PPA buscou-se transformá-lo em um instrumento ativo de planejamento fiscal. O “**PPA fiscal**” passará a conter um **Anexo de Política Fiscal** com o compromisso e a estratégia de cada governo com a sustentabilidade da dívida, demonstrando a política fiscal necessária para conter, reverter e estabilizar a atual trajetória ascendente da dívida.

Vale dizer que o Anexo de Política Fiscal será reavaliado na hipótese de calamidade pública nacional ou de crescimento negativo do PIB apurado por três trimestres. Em consonância com esse anexo, caberá à LDO atualizar os resultados fiscais com base no cenário fiscal e econômico mais recente.

Para alcançar esse alinhamento com o PPA, a LDO incluirá um Quadro da Despesa de Médio Prazo - QDMP, comparando a evolução dos principais itens de receitas, despesas e resultados, que deverá atestar a viabilidade e a consistência da política fiscal, bem como antecipar medidas corretivas com base nas projeções.

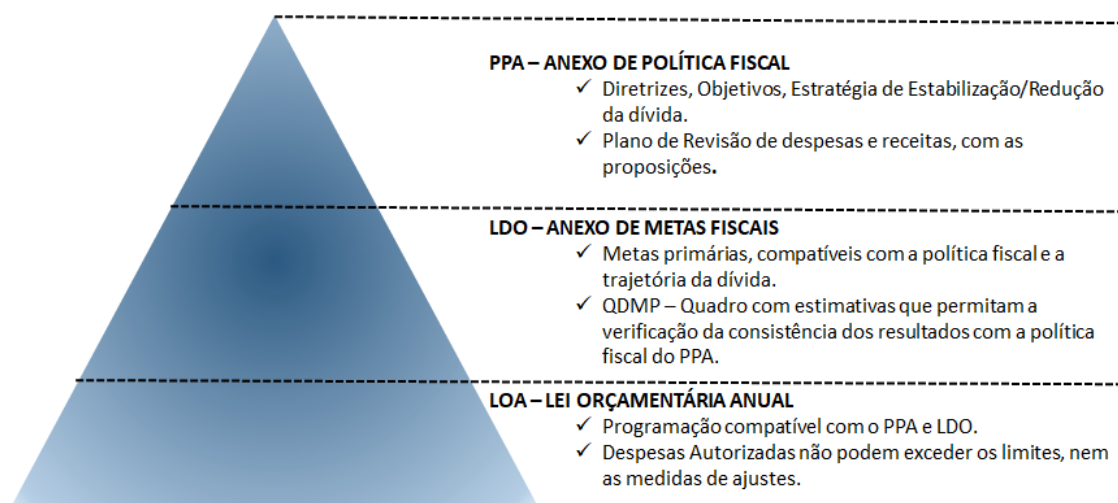
Por sua vez, a elaboração e a aprovação do projeto de lei orçamentária e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com os limites e com a meta de resultado primário atualizada na LDO em consonância com a trajetória de sustentabilidade da dívida estabelecida no PPA.

Procurou-se assim, por meio dos instrumentos constitucionais de planejamento e orçamento, garantir o equilíbrio intertemporal das contas públicas, criando condições para a redução dos juros da dívida e para o crescimento econômico.

Fig. 2 – Instrumentos de Planejamento e Orçamento



Planejamento Fiscal



Vale destacar que, para ser efetivo, um modelo de planejamento fiscal precisa estar guiado por diretrizes que reduzam a discricionariedade dos governantes e aumentem a transparência da política fiscal, modulando o impacto de transições de governo na gestão fiscal.

Nesse sentido, buscamos alinhar nossa decisão sobre a variável e o nível de dívida às melhores práticas internacionais. Por um lado, a opção por um indicador de dívida com base na DLGG visa permitir comparações com outros países e considera sua divulgação periódica pelo Banco Central, sendo sua metodologia aderente às definições do FMI¹. Mostramos no **Quadro 1** do **Anexo**, para fins de comparação, as principais características de uma amostra de indicadores de dívida normalmente utilizados.

Por outro lado, optamos pelo nível de 50% para a DLGG em relação ao PIB como sustentável com base em simulações que o apontam como nível que assegura uma proteção minimamente razoável contra o risco de default.

Além de definir o nível de sustentabilidade da DLGG, estabelecemos uma **faixa prudencial**, assim considerada aquela em que a **DLGG** se situa **entre 50 % e 60 % do PIB**.

As medidas foram escalonadas e acionadas de acordo com o patamar em que se encontra a dívida, ou seja:

- DLGG/PIB abaixo de 50%;
- DLGG/PIB entre 50% e 60 %; e
- DLGG/PIB acima de 60 %.

As faixas da DLGG funcionam como gatilhos de acionamento das medidas de ajuste concebidas para retomar a trajetória sustentável da dívida. **Não se trata, portanto, de**

¹ A DLGG captura tempestivamente o efeito dos resultados fiscais, possui uma dinâmica desvinculada de operações típicas de política monetária, e não traz riscos à gestão da dívida.



fixar limite para a dívida, mas sim um referencial com níveis que acionem medidas escalonadas de contenção de despesas e de preservação ou recuperação de receitas.

2) Mecanismos de Controle Fiscal da Dívida

As medidas de ajustes para recondução ou manutenção da dívida aos níveis sustentáveis, devidamente graduadas conforme os níveis em que se encontra a DLGG, podem ser assim classificadas:

a) Medidas para a contenção de despesas, aplicáveis a todos os Poderes e órgãos: limites à despesa primária; vedações ao aumento ou criação de *novas* despesas obrigatórias, conforme previsto no art. 167-A da Constituição (vide quadro 2 em **Anexo**); redução, de forma gradual, de 20 % das despesas com cargos em comissão e funções de confiança em 2 anos (art. 169, § 3º, inciso I da CF); e, redução, no ano, em 20% das despesas com propaganda e publicidade;

b) Medidas para a preservação ou recomposição da receita: vedação à concessão e ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária (inciso X do art. 167-A da CF); vedação à concessão e à ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, creditícia ou patrimonial; c) redução linear e gradual dos benefícios tributários, no percentual de pelo menos 5 %, exceto aquelas com previsão constitucional; recuperação de créditos tributários e não tributários; e outras que contribuam para o alcance das projeções de receita;

c) Outras medidas, suspensões e vedações com impacto fiscal e patrimonial favorável em termos de estabilização ou redução do montante da dívida, como concessão, venda ou cessão onerosa de bens e de ativos.

Síntese das Medidas de Ajuste

As medidas de ajuste estão escalonadas de acordo com a faixa em que se encontra a DLGG em relação ao PIB.

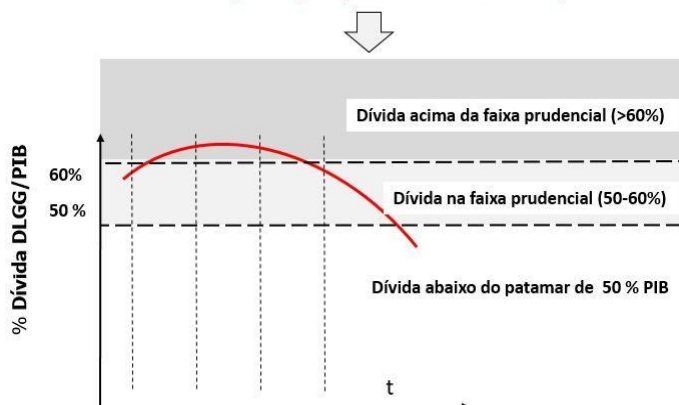
Fig. 3 – Estratégia de Contenção da Trajetória da Dívida



Controle Fiscal

Definição das faixas para fins de aplicação das medidas de ajuste

Medidas de Ajuste (despesa, receita, outras)



Se a DLGG não for superior a 50% do PIB, a principal medida é a limitação do crescimento real da despesa primária do Poder Executivo ao **IPCA acrescido de 1,5%, ou da média do crescimento do PIB nos 3 últimos exercícios**, o que for maior. Pretende-se com isso preservar o caráter anticíclico da regra fiscal e incentivar a gestão equilibrada das contas públicas.

Caso a DLGG esteja entre 50 % e 60 % do PIB (faixa prudencial), o percentual de crescimento da despesa primária do Poder Executivo é limitado ao **IPCA mais 1 %, caso tenha havido superávit primário no último exercício; ou de 0,5%, se não apurado** (ou caso de déficit).

Dado que os gastos sociais e produtivos estão concentrados no Poder Executivo, o acréscimo real para os demais poderes e órgãos com limites individualizados foi limitado a 0,5% quando a DLGG estiver abaixo ou na faixa prudencial.

Na faixa prudencial, também são acionadas medidas de ajuste de forma gradual, em especial as vedações constantes dos incisos II, III e VI a IX do art. 167-A da Constituição, que, em suma, vedam novas despesas obrigatórias ou o reajuste das existentes acima da inflação, além de proibir a criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções, bem como promove-se medidas de recuperação de créditos tributários e não tributários, de recuperação de créditos tributários e não tributários e outras que contribuam para e outras que contribuam para o alcance das projeções de receita.

Por fim, caso a DLGG se encontre acima de 60% (ou seja, acima da faixa prudencial), o percentual de crescimento dos limites individualizados da despesa primária de todos os Poderes e órgãos ficará limitado apenas ao IPCA.

Ademais, são acionadas todas as vedações constantes do art. 167-A da Constituição. Além daquelas da faixa prudencial, serão vedados *quaisquer* reajustes (exceto aqueles com garantia constitucional, a exemplo da preservação do poder aquisitivo do



salário mínimo, dos pisos constitucionais da saúde e educação e os limites das emendas impositivas); acionam-se também as medidas de redução dos cargos em comissão em 20 % em 2 anos; de redução da despesa com publicidade e propaganda em, pelo menos, 20% (vinte por cento), em relação ao exercício anterior; de redução linear e gradual dos benefícios tributários, no percentual de pelo menos 5 % em cinco anos, exceto aquelas com previsão constitucional, bem como promove-se medidas de recuperação de créditos tributários e não tributários e outras que contribuam para o alcance das projeções de receita.

A necessidade de se propor o acionamento das medidas de controle das despesas obrigatórias se justifica pelo fato de representarem o principal obstáculo ao cumprimento do conjunto de regras fiscais da Constituição, evitando-se o estrangulamento dos investimentos e demais despesas discricionárias essenciais ao funcionamento do serviço público.

O Quadro a seguir sintetiza o conjunto de medidas por faixa da DLGG.

Quadro 1 – Controle da Dívida Líquida do Governo Geral

Medidas de ajuste preventivas e corretivas

FAIXA DA DLGG	MEDIDAS DE AJUSTE				
	Controle das Despesas			Preservação da Receita	Patrimoniais
	Limita o percentual de crescimento da despesa primária:	Veda a expansão das despesas obrigatórias art. 167-A CF:	Demais:		
DLGG abaixo de 50 %	<ul style="list-style-type: none"> • IPCA + 1,5% ou a média PIB nos 3 exerc. anteriores, o que for maior. 	-	-	-	Medidas com impacto patrimonial favorável à redução /estabilização da dívida.
DLGG entre 50 % e 60 %	<ul style="list-style-type: none"> • IPCA + 1 % – se houver superávit primário • IPCA + 0,5% - se não houver superávit primário 	<ul style="list-style-type: none"> • Vedações parciais (inc. II, III e VI a IX). 	-	<ul style="list-style-type: none"> • Veda benefício tributário 	
DLGG acima de 60 %	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas IPCA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Todas vedações (inc. I a IX). 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução gradual (2 anos) 20% cargos confiança. • Redução despesas com publicidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Veda benefício tributário, financeiro, creditício, patrimonial. • Redução linear e gradual de benefício tributário. 	

* C D 2 3 8 0 4 9 7 8 3 8 0 0 *



Integração do limite da despesa primária com a regra da dívida

Nossa proposta, portanto, elege a sustentabilidade da dívida pública como a variável fiscal que orientará o planejamento e a adoção de medidas de controle fiscal, estratégia que pretende criar condições para a redução dos encargos da dívida, garantir a estabilidade, o aumento dos investimentos e o desenvolvimento econômico e social sustentável do país.

De outra parte, entendemos que, embora não seja um fim em si mesmo, o controle de outras variáveis, tais como despesa primária ou o resultado fiscal, é um meio para assegurar que a dívida siga ou retorne para uma trajetória sustentável.

Em particular, a regra de teto da despesa primária, compreendida agora como medida de ajuste, foi concebida para superar algumas fragilidades observadas durante a vigência do “teto de gastos”, em especial quanto ao método de correção. Levando em conta o contexto da dívida pública, nosso projeto altera o método de correção, autorizando incrementos ao IPCA em percentuais do PIB.

A metodologia de cálculo e apuração das despesas primárias sujeitas a limites corresponde àquela atualmente utilizada (controle financeiro e orçamentário, limites por Poder e Órgão Autônomo), com as seguintes mudanças:

Base de cálculo: montante de pagamento programado para 2023 (relatório de avaliação de receitas e despesas do 3º bimestre de 2023);

Limites em 2024: montante de pagamento programado da despesa primária no exercício de 2023, corrigido pela variação do IPCA para o período de doze meses encerrado em junho de 2023;

Limites a partir de 2025: limite referente ao exercício imediatamente anterior, atualizados pela variação do IPCA, para o período de doze meses encerrado em junho do exercício anterior, acrescidos dos percentuais estabelecidos de acordo com o nível de endividamento (vide acima).

As despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes, antes fora do teto, passaram a ser incorporadas no teto, uma vez que as disposições permitiam exclusões injustificáveis.

Também se incorporou na base e no limite as despesas com o Novo Fundeb, de modo que o valor escalonado até 2026, conforme estabelecido no art. 212-A, poderá ser absorvido pelo crescimento real da despesa e pela ampliação dos limites do Poder Executivo.

Incluímos disposição prevendo que, a partir de 2027, o pagamento do montante acumulado correspondente à diferença entre o valor dos precatórios expedidos e os limites estabelecidos nos termos do art. 107-A do ADCT. Assim, o volume de precatórios excedente que serão pagos a partir de 2027 não se sujeitarão aos limites, mas sim os precatórios ordinários do curso da execução. Acomoda-se um grande dispêndio futuro limitado no tempo e sem prejudicar as demais áreas.



No que diz respeito ao tratamento dado ao regime geral da previdência social, a regra do teto passa a refletir o fato de que, a rigor, uma trajetória sustentável de dívida depende fundamentalmente do déficit do regime, ou seja, a diferença entre receitas e despesas. Diante disso, propomos medida de incentivo à arrecadação no âmbito da previdência com o fim de promover o equilíbrio atuarial previsto na Constituição, inserindo a determinação de que o limite do Executivo poderá ser acrescido ou deduzido conforme a variação real da receita do regime, observada em relação à média de arrecadação de exercícios anteriores, tendo como parâmetro o IPCA. Tal disposição mitiga o chamado esmagamento das despesas discricionárias pelo crescimento real das despesas previdenciárias compensado pelo crescimento real das receitas a elas vinculadas.

O dispositivo introduzido, portanto, reflete o comportamento do resultado do RGPS, de modo que, nos exercícios em que o déficit diminui, o limite de gastos das demais despesas primárias poderá se expandir. Em consequência, a compressão dessas despesas ao longo dos anos fica atenuada em comparação com a metodologia atual. Hoje se consideram apenas as despesas do RGPS que crescem sempre acima da inflação, o que ocasiona uma compressão mais acentuada das demais despesas primárias sujeitas ao teto de gastos. Por outro lado, caso a receita tenha crescimento real negativo, o montante equivalente da receita é deduzido do limite de gastos do Poder Executivo.

Em relação ao mecanismo de controle da rigidez orçamentária (atual art. 109 do ADCT), reduzimos a proporção entre despesas obrigatórias primárias e despesas primárias que aciona as medidas de ajuste de 95% para 93% o qual se mostra mais factível considerando o montante de despesas discricionárias essenciais (vide tabela 2 do **Anexo**).

Cláusula de Escape

A principal cláusula de escape para ampliação de gastos em situações de calamidade pública ou de emergência econômica e social continua sendo o uso do crédito extraordinário (em caso de relevância, urgência e imprevisibilidade de gastos).

Adicionalmente, propomos que na hipótese de recessão (queda do PIB por três trimestres consecutivos anteriores à elaboração da proposta orçamentária), os limites individualizados poderão ser corrigidos pela média do crescimento dos limites dos 2 últimos exercícios financeiros, independentemente do nível da DLGG ou do gasto obrigatório em relação à despesa primária total. Nesse cenário, garantir-se-ia a política anticíclica, somada à previsão de crescimento real das despesas como regra de correção do limite do Poder Executivo, diferente da atual regra do teto de gastos.

3. Sanções

As sanções, que não devem ser confundidas com as medidas de ajuste - destinadas a corrigir determinada situação, tendo como efeito um resultado econômico-fiscal, servem para impor consequência jurídica ao ente ou ao agente responsável pelo descumprimento da conduta prescrita.



Neste sentido propomos a alteração da lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, que define crimes de responsabilidade, bem como a Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992, que configura os atos de improbidade, de forma a impedir que o agente público possa “ordenar ou autorizar medida em desacordo com as vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal”.

Ademais, observadas as condições da lei complementar, é nulo de pleno direito a aprovação, edição ou a sanção de ato que provoque aumento de despesa obrigatória em descumprimento das vedações previstas nos incisos I a X do art. 167-A da Constituição Federal e nesta Lei Complementar.

4. Disposições Finais e Transitórias

As medidas de controle fiscal com base na dívida vigorarão, em regra, a partir de 2025, com base na apuração do nível da DLGG ou dos dispêndios obrigatórios. Excepcionalmente para o exercício de 2024, o acionamento das vedações parciais de controle da expansão da despesa só será aplicado na hipótese de o governo federal gerar um déficit primário no exercício de 2023 em montante que exceda a 1,0% do PIB (aplicam-se as vedações de que tratam os incisos II, III e VI a IX do art. 167-A da Constituição).

Como medida de controle permanente, fica vedada a concessão de quaisquer benefícios de natureza tributária, financeira, creditícia ou patrimonial com prazo indeterminado. Tal dispositivo é fundamental para que tais benefícios possam ser revisados periodicamente quanto à sua eficácia.

O Congresso Nacional, por intermédio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional terá um papel fundamental para registro público e controle dos impactos fiscais sobre receitas e despesas decorrentes das proposições aprovadas ao longo do exercício financeiro, e, quando couber, das respectivas medidas compensatórias. O Poder Executivo fornecerá as informações e estimativas sobre receitas e despesas das proposições em tramitação, nos termos da LDO.



ANEXOS

Tabela 1 - PEC da Transição - Expansão das Despesas Orçamentárias

Anexo - PLOA 2023 x LOA 2023 - RESULTADO FISCAL				
DEMONSTRAÇÃO RESULTADO PRIMÁRIO	PLOA 2023	LOA 2023 - Autógrafo	Diferença	Obs.
A - RECEITAS PRIMÁRIAS LÍQUIDAS DE TRANSFERÊNCIAS	1.812.387,6	1.813.587,6	1.200,0	
B - DESPESAS PRIMÁRIAS	1.868.062,4	2.037.142,8	169.080,5	<i>Aumento das Despesas</i>
Benefícios do RGPS	862.274,4	866.974,0	4.699,6	
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	86.666,7	87.807,7	1.141,0	
Seguro desemprego e abono salarial	69.348,3	70.307,6	959,3	
Pessoal e encargos sociais	369.279,2	369.394,0	114,9	
Fundef/ Fundeb - Complementação	39.950,7	39.950,7	-	
FCDF	3.734,0	3.734,0	-	
Lei Kandir	4.000,0	4.000,0	-	
Sentenças judiciais e precatórios	24.689,9	24.689,9	-	
Subsídios, subvenções e Proagro	18.529,2	18.529,2	-	
Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	21.098,8	20.683,9	-414,9	
Reserva de Contingência	19.396,6	0,0	-19.396,6	<i>Reserva utilizada nas emendas</i>
Demais despesas obrigatórias	247.134,5	329.042,9	81.908,4	<i>RS 70 bi Transf. Renda, e outras</i>
Demais despesas discricionárias	98.981,1	199.049,9	100.068,7	<i>Acréscimos principais: Min. Integração e Des. Regional, Min. Transportes, Min. Saúde, Min. Educação, Emendas da equipe de transição e autorizadas na EC nº 126/22</i>
Demais	2.979,0	2.979,0	-	
RESULTADO PRIMÁRIO - REGIME ORÇAMENTÁRIO	-55.674,8	-223.555,3	-	
Ajustes metodológicos	-7.995,5	-7.995,5	-	
C - (A-B) RESULTADO PRIMÁRIO - ajustado	-63.670,2	-231.550,7	-167.880,5	
Fonte: Selor/CN. Elab. Conof/CD				

Quadro 1 - Requisitos Desejados para Indicador de Dívida Pública

Características	DBGG-BCB	DBGG-FMI	DLSP	DLGG	DBGG-FMI menos CTU
Captura tempestivamente a dinâmica fiscal (i.e. maior déficit primário, maior dívida)	X		X	X	X
Não é influenciado por operações do BCB (cambiais, moeda, compulsórios, swaps e outras)		X	X	X	X
Não acarreta riscos à gestão da dívida pública (permite constituir e manter o colchão da dívida)	X		X	X	X
Influência da volatilidade cambial potencialmente baixa (reservas internacionais)	X	X		X	X
Se altera quando se faz dívida para acumular ativos financeiros (exceto ativo na CTU) *	X	X			X
Não é influenciado diretamente pela relação TN-BCB (aportes, transferência de resultado)**	X		X		
Indicador já é regularmente divulgado nas estatísticas do BCB	X		X	X	
Metodologia amplamente aceita internacionalmente (FMI para a dívida bruta)***		X		X	X

* Característica própria de indicadores de dívida líquida, que deduz os ativos financeiros.

** Potencial influência mitigada pela Lei 13820/2019, que aperfeiçoou o relacionamento financeiro entre TN e BCB.

*** Embora esse ponto traga um elemento de independência, não necessariamente trata adequadamente a realidade institucional de cada país.

Fonte: Tesouro Nacional/STN. Disponível em <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/textos/index>



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Pedro Paulo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura22.ara.leg.br/CD238049783800>

Quadro 2 – Art. 167-A da CF - Vedações

Incisos	<u>Vedações</u> acionadas na faixa prudencial da DLGG (faixa 50%-60% do PIB)	<u>Vedações</u> adicionais acionadas com a DLGG acima do faixa prudencial (acima de 60% do PIB)
I	-	<ul style="list-style-type: none"> I - Concessão, a qualquer título, de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração de membros de Poder ou de órgão, de servidores e empregados públicos e de militares, exceto dos derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo; (Obs. aumentos abaixo da variação da inflação – vide inciso VIII do mesmo artigo).
II	<ul style="list-style-type: none"> Criação de cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa. 	-
III	<ul style="list-style-type: none"> Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa. 	-
IV	-	<ul style="list-style-type: none"> IV - Admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, ressalvadas: <ul style="list-style-type: none"> a) as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa; b) as reposições decorrentes de vacâncias de cargos efetivos ou vitalícios; c) as contratações temporárias de que trata o inciso IX do caput do art. 37 desta Constituição; d) as reposições de temporários para prestação de serviço militar e de alunos de órgãos de formação de militares.
V	-	<ul style="list-style-type: none"> Realização de concurso público, exceto para as reposições de vacâncias previstas no inciso IV deste caput.
VI	<ul style="list-style-type: none"> Criação ou majoração de auxílios, vantagens, bônus, abonos, verbas de representação ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os de cunho indenizatório, em favor de membros de Poder, do Ministério Público ou da Defensoria Pública e de servidores e empregados públicos e de militares, ou ainda de seus dependentes, exceto quando derivados de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior ao início da aplicação das medidas de que trata este artigo. 	-
VII	<ul style="list-style-type: none"> Criação de despesa obrigatória. 	-
VIII	<ul style="list-style-type: none"> Adoção de medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do caput do art. 7º desta Constituição. 	-
IX	<ul style="list-style-type: none"> Criação ou expansão de programas e linhas de financiamento, bem como remissão, renegociação ou refinanciamento de dívidas que impliquem ampliação das despesas com subsídios e subvenções. 	-
X	-	<ul style="list-style-type: none"> Concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária.



Tabela 2- Despesas Obrigatórias x Limites de Despesa (LOA 2023)

R\$ 1,00

Itens	Limites Autógrafo PLOA 2023* (a)	Despesas Obrigatórias -DP (b)	Relação DP)/ Limite Total Prim (%) (c)=(b)/(a)
PODER EXECUTIVO	1.856.444.661.419	1.658.522.672.382	89,34
PODER LEGISLATIVO	15.538.143.509	12.590.610.983	81,03
Câmara dos Deputados	7.463.303.374	6.257.574.943	83,84
Senado Federal	5.493.617.187	4.302.548.402	78,32
Tribunal de Contas da União	2.581.222.948	2.030.487.638	78,66
PODER JUDICIÁRIO	53.485.088.572	45.608.896.460	85,27
Supremo Tribunal Federal	798.245.984	530.195.879	66,42
Superior Tribunal de Justiça	1.876.254.428	1.387.402.514	73,95
Justiça Federal	13.841.648.645	11.784.313.800	85,14
Justiça Militar da União	674.397.085	542.513.039	80,44
Justiça Eleitoral	9.120.951.710	7.368.399.041	80,79
Justiça do Trabalho	23.596.278.418	20.889.897.997	88,53
Justiça do Distrito Federal e Territórios	3.333.513.294	3.006.430.171	90,19
Conselho Nacional de Justiça	243.799.008	99.744.019	40,91
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	677.133.425	553.510.879	81,74
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	8.165.924.364	6.471.069.496	79,24
Ministério Público da União	8.062.364.988	6.412.603.811	79,54
Conselho Nacional do Ministério Público	103.559.376	58.465.685	56,46
TOTAL	1.934.310.951.289	1.723.746.760.200	89,11

Fonte: PLOA 2023 / Mensagem Presidencial.

Obs: Os valores são do Autógrafo do PLOA 2023 e estão em conformidade com a redação final da EC 126/2022. Houveram vetos que afetam o limite do Executivo. Dessa forma, o limite foi ampliado em R\$ 145,0 bilhões, bem como excluído o montante de R\$ 24,1 bilhões decorrentes das novas exclusões do teto.

Referências:

n. 35 (2022): TD: *Reforma do Arcabouço de Regras Fiscais Brasileiro: Reforçando o Limite de Despesa e o Planejamento Fiscal.* | TEXTOS PARA DISCUSSÃO. publicacoes.tesouro.gov.br, [s.d.].

MENDES, M. *Regras fiscais e o caso do teto de gastos no Brasil.* Insper, 2021.

SENADO FEDERAL. *Teto de Gastos: problemas e alternativas.* Texto para Discussão 311. 2022.



GIAMBIAGI, F.; PIRES, M. *Perspectivas Fiscais para a Década: dilemas e escolhas*. FGV IBRE, 2022

BANCO MUNDIAL. *Fiscal Rules in Times of Crises*. Research and Policy Briefs, 2020.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *Rules-Based Fiscal Policy: How Sustainable Is It?* FMI, 2018e.

TOLLINI, H.; BIJOS, P. *Planejamento de médio prazo do processo orçamentário*. Estudo Técnico nº 4, de 2022. Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. CONOF, 2022.

CAMBRAIA, T.; GREGGIANIN, E.; VOLPE, R. *Efeitos da Reforma da Previdência (EC Nº 103/2019) na regra do teto (EC Nº 95/2016): proposta de ajuste metodológico no cômputo dos limites*. Consultoria de Orçamentos e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados. CONOF, 2020.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988
EMENDA CONSTITUCIONA L Nº 126, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022 Art.22,126	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2022-12-21;126

FIM DO DOCUMENTO